



RESOLUÇÃO DO CME DE Nº 134 DE 17 DE MARÇO DE 2016.

Estabelece regras e parâmetros para o oferecimento de desenvolvimento de Educação de Jovens e Adultos (**EJA**), desta municipalidade e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais Art. 11; alíneas "a e b" do inciso I do Art. 12 da Lei Municipal 530/2006 e inciso III e VIII do Art. 8º da Lei Municipal 531/2006, e com fundamento no § 2º do Art. 8º e Art. 11 da Lei n.º 9.394/96 e no Art. 211 da Constituição Federal constitucional e legal, tendo em vista o Art. 160, da Constituição do Estado de Goiás; 206, inciso I Constituição Federal.

**CONSIDERANDO** a necessidade de realizar a normatização das regras da Educação de Jovens e Adultos (**EJA**), da Rede Municipal de Ensino de Águas Lindas de Goiás-Go.

**CONSIDERANDO** à legitimidade do CME em estabelecer as regras da Educação de Jovens e Adultos (**EJA**), da Rede Municipal de Ensino de Águas Lindas de Goiás-Go.

**RESOLVE:**

**DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Art. 1º** - A Educação de Jovens e Adultos - **EJA**, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Águas Lindas de Goiás, deve ser oferecida, ministrada e desenvolvida na conformidade desta Resolução.

**Art. 2º** - A Educação de Jovens e Adultos – **EJA** destina-se tão somente àqueles que não tiveram acesso à escola, na idade própria, legalmente prevista, ou que nela não puderam permanecer, tendo como objetivo precípuo proporcionar-lhes a oportunidade para fazê-lo, respeitando-se as suas condições sociais e econômicas, o seu perfil cultural e os seus conhecimentos já adquiridos, visando ao seu pleno desenvolvimento, o seu preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho.

**Art. 3º** - A Educação de Jovens e Adultos - **EJA**, com finalidade de assegurar o cumprimento integral do disposto no Art. 2º, desta Resolução obedece aos seguintes preceitos e parâmetros:

I – Idade mínima de 15 (quinze) anos completos para ingresso no Ensino Fundamental séries iniciais;



RESOLUÇÃO DO CME DE Nº 134 DE 17 DE MARÇO DE 2016.

II – Observância integral do currículo pleno e das diretrizes curriculares, tanto da Base Nacional Comum, quanto da parte Diversificada, conforme dispõe o Art. 36 e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 9.394/96 no art. 35 e seus parágrafos, da Lei Complementar Estadual n.º 26/98;

III – Carga Horária mínima de 1.500 (um mil e quinhentas) horas para a primeira etapa;

IV – Frequência mínima obrigatória correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades escolares presenciais desenvolvidas durante o semestre letivo;

V – Efetivação de matrícula a qualquer dia do ano letivo, sem prejuízo do cumprimento do que estabelecem os incisos III e IV;

VI – Avaliação contínua e cumulativa da aprendizagem, com absoluta prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, garantindo-se, aos que demonstrem dificuldades de desenvolvimento, acompanhamento especial individualizado e recuperação paralela, por equipe devidamente preparada, em horário compatível com a disponibilidade de tempo para tanto.

§ 1º - A avaliação de que trata o inciso VI deve considerar, cotidianamente, a efetiva presença e a participação dos alunos nas atividades escolares, sua comunicação com os colegas, com os professores e com os demais agentes educativos, sua sociabilidade, sua capacidade de tomar iniciativa, de criar e de apropriar-se dos conteúdos ministrados, visando à aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento das habilidades de ler, escrever e interpretar, de atitudes e de valores indispensáveis ao pleno exercício da cidadania.

§ 2º - O processo de avaliação escolar, respeitados os preceitos contidos no parágrafo anterior, deve ser definido e explicitado no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar da Unidade de Ensino, estes devem ser conhecidos e aplicados por todos os educadores.

§ 3º O processo de desenvolvimento da aprendizagem deve ser objeto de rigorosa verificação e análise pelo Conselho de Classe, autônomo em suas decisões, obrigatório a cada semestre letivo, composto por professores, coordenação pedagógica, representante dos alunos, dos pais e representante do Conselho Escolar, e dos demais agentes educativos.

§ 4º O Conselho de Classe, além de cumprir o que preceitua o parágrafo anterior, deve tomar as medidas que se fizerem necessárias para o aprimoramento do processo de aprendizagem e para a recuperação imediata da aprendizagem dos alunos que apresentarem dificuldades, qualquer que seja a sua natureza.

§ 5º O aluno sem comprovante de vida escolar anterior deve ser submetido a uma avaliação no início do semestre, que o posicionará na etapa compatível com o seu grau de desenvolvimento e com os conhecimentos já adquiridos, obedecidos os parâmetros





## RESOLUÇÃO DO CME DE Nº 134 DE 17 DE MARÇO DE 2016.

da *Classificação*, destacada no Regimento da Unidade Escolar, onde terá valor legal apenas ao término do semestre letivo e conforme registro de ata.

**Art. 4º** - Para efetivação de uma turma da Educação de Jovens e Adultos, esta deverá possuir no mínimo 20 (vinte) alunos matriculados, até o início do semestre letivo e a garantia do transporte escolar para o polo mais próximo.

§ 1º Para as turmas de 1º ano (alfabetização) não poderá haver turmas multiseriadas. Para as demais poderá ser agregada no máximo (2º e 3º) e (4º e 5º) ano do ensino fundamental.

§ 2º Caso as turmas no decorrer de 25 (vinte e cinco) dias letivos ou durante o semestre, apresentem um número de alunos inferior ou igual a 60% de frequência em sala de aula, essa turma deverá ser realocada para outras turmas, mesmo que necessite formar turmas multiseriadas. Exceto turmas de 1º ano.

§ 3º Caso haja necessidade de realocação de turma, o professor da turma extinta deverá ser removido ou colocado a disposição da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.

## DAS ETAPAS

**Art. 5º** - A EJA compreende a alfabetização, a escrita, a leitura, a interpretação do texto lido, as linguagens, códigos e suas tecnologias, as ciências da natureza, matemática e suas tecnologias e as ciências humanas e suas tecnologias, distribuídas em uma etapa distinta, não sendo permitida a aplicação da *reclassificação*, exceção feita aos estudos realizados no exterior.

§ 1º A primeira etapa será desenvolvida em 05 (cinco) semestres, com conteúdo correspondente do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I.

**Art. 6º** - A EJA, em todas as suas etapas, será oferecida com 5 (cinco) dias de atividades escolares semanais em sala de aula, não podendo nenhum deles exceder a 3 (três) horas de atividades presenciais para o aluno.

§ 1º O 5º (quinto) dia da semana será utilizado para atividades diversificadas, considerado para efeito de cômputo de frequência obrigatória a todos os discentes em sua unidade de ensino.

§ 2º O horário de início das atividades escolares para o docente será das 18h00 às 22h00 *obrigatoriamente*, e para os discentes, conformar-se-á as disponibilidades do aluno trabalhador, sendo das 19h00 às 22h00.

**Art. 7º** - Sem prejuízo para a formação geral do educando, deve ser incentivada a qualificação profissional em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.





**RESOLUÇÃO DO CME DE Nº 134 DE 17 DE MARÇO DE 2016.**

Parágrafo Único: O Conselho Municipal de Educação apreciará projetos especiais de caráter emergencial ou de utilidade comprovada, baseado em procedimentos específicos para atendimento ao trabalhador, e geração de renda dos educandos.

**Art. 8º** - A Educação de Jovens e Adultos **EJA** das séries iniciais do Ensino Fundamental ministradas no Presídio de Águas Lindas de Goiás, serão acompanhadas pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia a qual disponibilizará os professores (as) para lecionar as aulas no interior do presídio cumprindo todas as disposições que prescreve a Lei de Execuções Penais – LEP, n.º 7.210 de 11 de julho de 1984 e Decreto Presidencial n.º 7.626, de 24 de novembro de 2011 que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.

**DA HABILITAÇÃO E DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES**

**Art. 9º** - Exige-se dos professores da EJA a formação mínima necessária determinada pelo Art. 62, da Lei Nº 9.394/96, combinado com a Resolução, Nº 001 de 30 de Dezembro de 2012 e Lei Complementar Estadual n.º 26/98.

Parágrafo Único – Compete ao Gestor da Unidade Escolar exigir, de forma permanente, a capacitação e a formação continuada de seus professores (as), que atuam na EJA.

**DAS CONDIÇÕES PARA EXPEDIÇÃO DE HISTÓRICOS ESCOLARES**

**Art. 10º** - Os históricos de conclusão do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), somente podem ser expedidos pela Unidade Escolar devidamente Credenciada e Autorizada pelo Conselho Municipal de Educação.

**Art. 11º** - Os Históricos Escolares dos alunos que cumprem pena no Presídio e anexos deverão ser expedidos por uma Escola Municipal, determinada pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, a qual deverá registrar no Censo Escolar os alunos do presídio como anexo dessa escola.

§ 1º Os alunos que cumprem pena no Presídio e não possuem comprovante de escolaridade deverá ser submetido a uma prova de *classificação* especificada de acordo com o nível informado pelo aluno.

§ 2º Os (as) alunos (as) que cumpre pena e não possuem documentação pessoal que venha a comprovar a identidade dos mesmos, deverá ser emitido uma declaração assinada pelo responsável do presídio confirmando a identidade do (a) aluno (a) para possível emissão do histórico escolar.

§ 3º A declaração de comprovação emitida pelo presídio para confirmação da identidade do aluno (a) deverá ser anexada na pasta individual do estudante.



RESOLUÇÃO DO CME DE Nº 134 DE 17 DE MARÇO DE 2016.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 12º** - Os Jovens, sem experiência escolar anterior, com idade inferior àquela prevista no Art. 3º, inciso II, desta Resolução, devem ser matriculados no Ensino Fundamental regular, podendo, para tanto, submeter-se à classificação, para efeito de posicionamento na série compatível com o nível de seu desenvolvimento, desde que o mesmo não tenha sido retido ou evadido, devendo seguir o que determina a Resolução do CME de Nº 084 de 26 de fevereiro de 2015.

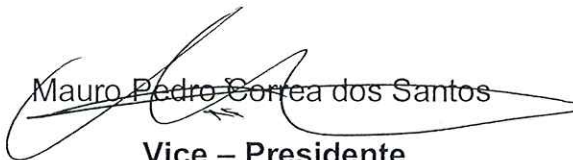
**Art. 13º** - As Unidades Escolares que oferecem Educação de Jovens e Adultos ficam obrigadas a adaptar os seus Regimentos Escolares e seus Projetos Políticos Pedagógicos aos termos desta Resolução.

**Art. 14º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua homologação, revogando-se as disposições em contrário.

**Presidência do Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação de Águas Lindas de Goiás – GO, em Águas Lindas de Goiás, aos 17 dias do mês de Março de 2016.**

  
Manoel Gomes da Silva

**Presidente**

  
Mauro Pedro Correa dos Santos

**Vice – Presidente**

  
Ednaldo Paulo Azevedo

**Secretário**

  
Carlos de Oliveira Sousa – **Conselheiro**

  
Aldo Quintiliano Leão Neto – **Conselheiro**

Homologada no CME em  
plenário

Em - 07/04/16

  
Osmarildo Alves de Sousa

**Prefeito Municipal**

**Gestão 2013/2016**